



Comissão de Educação e Ciência

19.outubro.2023 – 13H30

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Solidariedade Sublime – Associação

Recebidos por: Deputada Lúcia Araújo Silva (PS), que presidiu à reunião, Eduardo Alves (PS), Fernando José (PS), Diogo Cunha (PS), Carla Madureira (PSD) e Carla Castro (IL).

Assunto: Divulgação do Projeto «De mãos dadas pela inclusão».

Exposição: A Senhora Deputada Lúcia Araújo Silva (PS), cumprimentou os representantes da Solidariedade Sublime – Associação, lembrou a grelha de tempos da audiência e apresentou os Deputados presentes.

Os representantes da Solidariedade Sublime – Associação referiram o seguinte, em resumo:

- A Associação é constituída por pais de filhos com deficiência com necessidades educativas especiais que verificaram que existia uma fragilidade no que diz respeito à educação inclusiva, nomeadamente depois do 1.º ciclo;
- Os alunos que estão no 1.º ciclo têm a componente de apoio à família (CAF) e abrange os alunos com ou sem deficiência. Assim que se entra no 2.º ciclo, no 3.º ciclo, e posteriormente no secundário esta componente deixa de existir, porque pressupõe-se que existam recursos na comunidade de apoio aos alunos;
- A Associação verificou que os alunos com deficiência não têm resposta na comunidade, o que funcionando com o horário da turma, no 2.º ciclo, por exemplo, trata-se de uma tarde ocupada e todas as tardes livres, o que é um problema para estes pais que não têm qualquer possibilidade, nem de ter respostas na comunidade, nem de ter empregos que sejam de acordo com este calendário, de acordo com estas fragilidades. Para colmatar estas estas fragilidades foi pensado

criar, em conjunto com a comunidade, com a Câmara Municipal, com o Agrupamento de escolas de Cister, em Alcobaça, este projeto piloto;

- O projeto tem como objetivo dar apoio aos alunos que estão no 2.º ciclo até ao secundário, com deficiência ou necessidades educativas especiais, realizando prolongamentos em tempo não letivo;
- Nas interrupções letivas também não havia qualquer resposta, ou seja, estes jovens não tinham a possibilidade de realizar férias, não tinham a possibilidade de realizar nenhuma atividade diferente, ou seja, o universo deles passava a ser a casa dos pais e dos avós, que nestas idades já não são opção, porque já precisam também eles de ser cuidados. Então, nas interrupções letivas, no que diz respeito aos prolongamentos escolares, e depois nas interrupções letivas propriamente ditas do verão, da Páscoa, do Carnaval e do Natal há dois objetivos, o de promover a inclusão natural dos miúdos e dos jovens, e ao mesmo tempo o de promover também, uma atitude formadora, para os professores;
- Sabendo que as escolas têm pouco espaço físico foi graças aos [projetos Ubuntu](#), que estão a decorrer e que têm tudo a ver com as lideranças por ajuda ao outro, que cederam o espaço na escola e ajudaram a requalificar;
- Este projeto existe porque não existe componente de apoio à família do 2.º ciclo ao ensino secundário, a escolaridade obrigatória é até aos 18 anos e manter estes alunos na escola, com estas características, sem a CAF, é muito difícil para as famílias;
- Por muito boa vontade que haja, uma coisa simples que se depararam, por exemplo, como fazer um seguro, é complicado pois não são alunos da escola, a escola não o pode fazer;
- A necessidade de enquadramento e de criar uma componente de apoio à família para que a escola inclusiva possa ser uma realidade até aos 18 anos para todas as crianças seria uma única possibilidade de poderem replicar este projeto a todo o País.

Intervieram depois os Deputados Eduardo Alves (PS), Carla Madureira (PSD) e Carla Castro (IL) pronunciando-se sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da Solidariedade Sublime – Associação referiram o seguinte:

- Consideram que em 12 anos houve uma grande evolução a nível da evolução precoce, havia um mau recrutamento, porque recrutavam-se pessoas para a intervenção precoce que eram da educação especial, sem noção de que teriam que ter formação básica, educação de infância, tudo isso foi alterado;
- Não havia uma adequação dentro da própria escola dos espaços onde as crianças com deficiência e mais dependência pudessem estar, hoje já é diferente;
- Quando os alunos passavam para o ensino superior, nem sequer tinham os planos do ensino secundário, chegavam ao ensino superior sem tapete qualquer, sem rede, perdiam todas as incapacidades, todas as regalias e sequer a possibilidade de ter estatuto de educação especial, hoje é completamente diferente;
- A Associação está no terreno e também quer ajudar a melhorar, o Decreto não é perfeito, nem nunca será, tal como o projeto também não é perfeito, mas estão a agir um pouco em causa própria e com boas intenções e nunca conseguirão ter o melhor de dois mundos;
- O [Decreto-Lei n.º 54/2018](#), de 6 de julho, é muito bom na medida em que não sendo muito espartilhado, dá um bocadinho de espaço e liberdade aos pais para se poderem pronunciar sobre o que é que querem dos filhos;
- Relativamente às questões do emprego, consideram que está tudo muito compartimentado porque escola é escola, e é necessária uma maior abertura e facilidade para a criação do emprego protegido para uma pessoa com deficiência intelectual;
- Sobre as terapias que são muito importantes e que têm no nosso projeto, uma vez que o tempo não letivo é utilizado para fazer coisas um pouco diferentes, apostam em atividades alternativas como: a possibilidade de trabalhar com a Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra num projeto de mini bio kits; arteterapia com uma artista plástica do Porto; Projeto Mil Brinquedos por Mil Sorrisos, com a Doutora Célia Sousa, que adequa os brinquedos e que também está a trabalhar connosco na acessibilidade;
- O projeto UBUNTU da escola é muito importante, estão ligados à Associação, e salientam que desde que as pessoas souberam da existência da mesma e o que estavam a fazer, toda uma comunidade se levantou para ajudar, a inclusão só se faz se se partilhar o mesmo espaço, não interessa fazer projetos teóricos muito bonitos;



Comissão de Educação e Ciência

- Esclareceram que a questão do seguro apenas se coloca nas interrupções letivas dado que nessa altura não são alunos da escola, mas frequentam atividades;
- Por fim, referiram que teriam todo o gosto em transmitir a experiência da Associação, de aferir, tudo está a ser registado, de forma que se possam ver as fragilidades

A gravação da audição e a documentação entregue estão disponíveis na [página da audiência](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento neste relatório.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2023.

A Assessora Parlamentar

(Sara Santos Pereira)